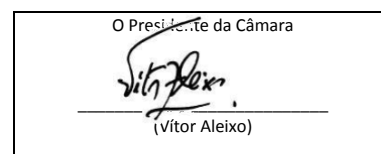




**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

---



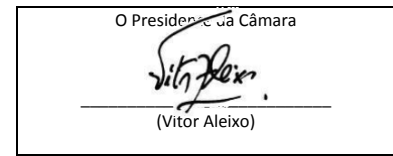
# CONCURSO PÚBLICO

## CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE MONOBLOCOS CLIMATIZADOS PARA AS ESCOLAS DO CONCELHO

**CADERNO DE ENCARGOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**



## **PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS**

### **ARTIGO 1º**

#### **OBJETO**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação do **FORNECIMENTO DE MONOBLOCOS CLIMATIZADOS PARA AS ESCOLAS DO CONCELHO**, conforme descrito na Parte II do presente caderno de encargos.

### **ARTIGO 2º**

#### **CONTRATO**

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos e seus anexos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo concessionário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo concessionário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.


### **ARTIGO 3º**

#### **PRAZO E REGIME DO FORNECIMENTO**

1- Os bens objeto do contrato devem ser entregues, bem como a execução da respetiva montagem num prazo não superior a 15 dias (2 semanas), a contar da data de celebração de contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Presidente da Câmara  
  
(Vitor Aleixo)

2- Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega e respectiva montagem, são da responsabilidade do adjudicatário.

**ARTIGO 4º**

**OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO**

1- Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na proposta, fichas técnicas e amostras apresentadas;
- b) Obrigação de garantia dos bens.

2- A título acessório, o fornecedor, fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

**ARTIGO 5º**

**ENTREGA E MONTAGEM DOS BENS OBJETO DO CONTRATO**

1- A execução dos bens objecto do contrato deverá ser efetuada nos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Loulé.

2- As estruturas modulares devem ser instaladas no recinto exterior dos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente.

**ARTIGO 6º**

**CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DOS BENS**

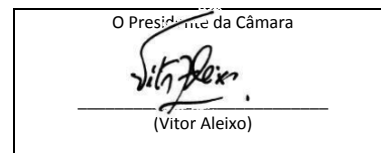
1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**



**ARTIGO 7º**

**GARANTIA**

1- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

2- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

**ARTIGO 8º**

**SIGILO**

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

**ARTIGO 9º**

**PREÇO CONTRATUAL**

1- Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor de acordo com os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade adjudicante.

**ARTIGO 10º**


**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1- As quantias devidas pela Entidade Adjudicante deve(m) ser paga(s) no prazo máximo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Presidente da Câmara  
  
 (Vítor Aleixo)

**ARTIGO 11º**

**SANÇÕES CONTRATUAIS**

1- Se o fornecedor não cumprir os prazos de entrega estabelecidos, ou os que venham a ser acordados, acrescidos das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária, calculada sobre o valor da encomenda, de montante a fixar nos seguintes termos:

- a) 2% (dois por cento) no primeiro dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) no segundo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) no terceiro dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do quarto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2- Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3- Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

4- Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5- As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que a Entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega dos bens se encontra cumprido na data do fornecimento da totalidade dos bens encomendados, desde que se encontrem aceites.

**ARTIGO 12º**

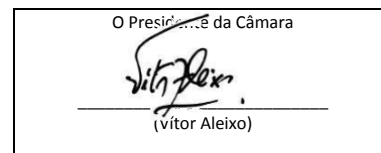
**SEGUROS**

1- O adjudicatário será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à entidade adjudicante e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito do contrato.

2- O adjudicatário fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à entidade



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**



adjudicante ou a terceiros, que deverá apresentar à Entidade Adjudicante antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o seja solicitado.

**ARTIGO 13º**

**FORÇA MAIOR**

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:


- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Presidente da Câmara  
  
(Vítor Aleixo)

**ARTIGO 14º**

**RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verificarem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.

2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

**ARTIGO 15º**

**RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR**

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

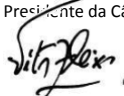
**ARTIGO 16º**

**SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Presidente da Câmara  
  
(Vítor Aleixo)

---

**ARTIGO 17º**

**COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**ARTIGO 18º**

**PREÇOS BASE**

O preço base do procedimento é de **€ 207.000,00** (duzentos e sete mil euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

**ARTIGO 19º**

**FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

**ARTIGO 20º**

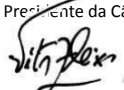
**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.





**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

O Presidente da Câmara  
  
(Vítor Aleixo)

## **PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS**

**1- Pretende-se a contratação do fornecimento de monoblocos climatizados para as escolas do concelho.**

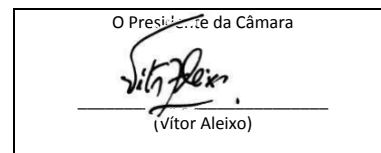
### **1.1- LOCAL DE INSTALAÇÃO**

Essas salas de aula deverão ser adquiridas e implementadas nas seguintes escolas:

- 2 salas na EB1 Francisca de Aragão
- 3 salas na EB 2/3 Eng. Duarte Pacheco
- 1 sala de aula na EB1 de Vale Silves
- 1 sala de aula na EB1 da Abelheira
- 2 salas de aula na EB 2/3 S. Pedro do Mar

### **1.2- DESCRIÇÃO GERAL:**

- Todas as salas de aula (monoblocos com dimensões nunca inferior a 45m<sup>2</sup>) deverão vir equipadas com ar condicionado com pelo menos 18000 btu's;
- O edifício deverá ser constituído por salas individuais e separadas entre si, não sendo permitidas salas com paredes comuns;
- Os painéis sandwich devem ser compostos por uma mousse rígida de poliuretano injectado nunca inferior a 40mm entre 2 chapas de aço lacadas
- O pavimento deverá ter um composto de vinil sobre o aglomerado;
- As dimensões das janelas não deverão ser inferiores a 1600x950mm, com estores de lâminas interior;
- As portas exteriores deverão vir equipadas com fechadura de segurança e puxador;
- As caleiras deverão estar protegidas com sistema anti entupimento de modo a evitar que chova dentro das estruturas;
- As estruturas deverão corresponder a todos os padrões de segurança exigidos;
- Todos os acessos deverão estar equipados com rampas de forma a permitir uma boa acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada;



**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**  
**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento**

- 
- Os módulos deverão estar em conformidade com as exigências funcionais e regulamentares para o espaço a que se destina;
  - As estruturas modulares deverão ser formadas por um conjunto de elementos em aço, soldados ou aparafusados. Toda a estrutura deverá receber um tratamento anti ferrugem e lacagem como acabamento;
  - Devem ser contemplados compensações de desníveis entre passeios e estacionamento automóvel, devendo ser utilizado sistema de nivelamento que garanta o correto suporte de estabilidade das instalações;
  - As estruturas modulares deverão garantir total resistência e imunidade às condições climatéricas a que as mesmas estarão sujeitas.

**1.3- QUANTIDADE:**

**9 MONOBLOCOS CLIMATIZADOS**